



## Tem alguém aí? A comunicação entre entes governamentais e agricultores familiares: uma revisão integrativa

*Ana Caroline da Silva Jesus<sup>a</sup>, Kleverton Melo de Carvalho<sup>b</sup>, Abimael Magno do Ouro Filho<sup>c</sup> e Rosângela Sarmiento Silva<sup>d</sup>*

**Resumo:** A agricultura familiar é um importante setor da economia e no intuito de garantir seu desenvolvimento o governo brasileiro tem desenvolvido políticas públicas de apoio. O segmento tem enfrentado diferentes entraves, como a reduzida adesão dos agricultores aos programas governamentais, sendo as falhas no processo de comunicação um possível entrave a ser superado. Nesse sentido, este artigo se propõe a investigar

- 
- a Mestranda em Administração Pública pela UFS – Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [carolmaps@hotmail.com](mailto:carolmaps@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8794-5175>.
  - b Doutor em Administração Pública. Professor na UFS – Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [kleverton1@academico.ufs.br](mailto:kleverton1@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1969-7955>.
  - c Doutor em Administração. Professor na UFS – Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [abimaelmagno@academico.ufs.br](mailto:abimaelmagno@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1308-9297>.
  - d Doutora em Administração. Professora na UFS – Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [rosangelasarmiento13@academico.ufs.br](mailto:rosangelasarmiento13@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3044-9699>.

como tem sido o processo de comunicação entre agricultores familiares e entes governamentais. Optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura, buscando na base de dados do “Periódicos CAPES” artigos que tratam da temática. 24 artigos foram selecionados. Encontrou-se como resultado três principais meios de comunicação: as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e as redes de cooperação. Percebeu-se que tais falhas de comunicação decorrem de variáveis como dificuldades econômicas e técnicas para utilização das TIC, poucos recursos humanos nas agências de ATER e a heterogeneidade da agricultura familiar, que nem sempre é considerada. A maioria dos artigos analisados tem como área de pesquisa as regiões sul e sudeste, fato que não demonstra a diversidade da agricultura familiar, portanto, propõe-se que novas pesquisas nas demais regiões do país sejam realizadas..

**Palavras-chave:** Comunicação. Entidades governamentais. Agricultura familiar.

## **Is anyone there? Communication between government entities and Family farmers: an integrative review**

*Ana Caroline da Silva Jesus<sup>a</sup>, Kleverton Melo de Carvalho<sup>b</sup>, Abimael Magno do Ouro Filho<sup>c</sup> & Rosângela Sarmiento Silva<sup>d</sup>*

**Abstract:** Family farming is an important economic sector and in order to ensure the development of this sector, the Brazilian government has developed supportive public policies. This segment has faced different barriers, such as the reduced adherence of the farmers to government programs, with failures in the communication process being a possible obstacle to overcome. In this regard, this article aims to investigate how has been the communication process between family farmers and government entities. It was decided to make an integrative literature review, searching the database of "Periódicos CAPES" for articles that deal with the theme, 24 articles were selected.

---

a Master's student in Public Management at UFS – Federal University of Sergipe. Email: [carolmaps@hotmail.com](mailto:carolmaps@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8794-5175>.

b PhD. in Public Management. Professor at UFS – Federal University of Sergipe. E-mail: [kleverton1@academico.ufs.br](mailto:kleverton1@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1969-7955>.

c PhD. in Management. Professor at UFS – Federal University of Sergipe. E-mail: [abimaelmagno@academico.ufs.br](mailto:abimaelmagno@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1308-9297>.

d PhD. in Management. Professor at UFS – Federal University of Sergipe. E-mail: [rosangelasarmiento13@academico.ufs.br](mailto:rosangelasarmiento13@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3044-9699>.

As a result, three main means of communication were found: Information and Communication Technologies – ICT, Technical Assistance and Rural Extension – ATER and cooperation networks. It was noticed that the communication failures result from variables such as economic and technical difficulties in using ICT, the low number of human resources in ATER agencies and the heterogeneity of family farming, which is not always considered. Most of the articles analyzed have as research area the south and southeast regions, a fact that does not demonstrate the diversity of family farming, therefore, it is proposed that further research in the other regions of the country be carried out.

**Keywords:** Communication. Government Entities. Family Farming.

## ¿Hay alguien ahí? Comunicación entre entidades gubernamentales y agricultores familiares: una revisión integradora

*Ana Caroline da Silva Jesus<sup>a</sup>, Kleverton Melo de Carvalho<sup>b</sup>, Abimael Magno do Ouro Filho<sup>c</sup> y Rosângela Sarmento Silva<sup>d</sup>*

**Resumen:** La agricultura familiar ha sido un sector importante de la economía y para asegurar el desarrollo y fortalecimiento de este sector, el gobierno brasileño ha desarrollado políticas públicas de apoyo. El segmento ha enfrentado diferentes obstáculos, como la reducida adhesión de gran parte de los agricultores a los programas gubernamentales, y las fallas en el proceso de comunicación son un posible obstáculo a superar. En este sentido, este artículo tiene como objetivo indagar cómo ha sido el proceso de comunicación entre los agricultores familiares y las entidades gubernamentales. Para ello, se decidió realizar una revisión integradora de la literatura, buscando en la

---

a Estudiante de maestría en Administración Pública de la UFS - Universidad Federal de Sergipe. E-mail: [carolmaps@hotmail.com](mailto:carolmaps@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8794-5175>.

b Doctor en Administración Pública. Catedrático de la UFS - Universidad Federal de Sergipe. E-mail: [kleverton1@academico.ufs.br](mailto:kleverton1@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1969-7955>.

c Doctor en Administración. Catedrático de la UFS - Universidad Federal de Sergipe. E-mail: [abimaelmagno@academico.ufs.br](mailto:abimaelmagno@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1308-9297>.

d Doctor en Administración. Catedrático de la UFS - Universidad Federal de Sergipe. E-mail: [rosangelasarmento13@academico.ufs.br](mailto:rosangelasarmento13@academico.ufs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3044-9699>.

base de datos de “Periódicos CAPES” artículos relacionados con el tema, se seleccionaron 24 artículos. Como resultado, se encontraron tres principales vías de comunicación: Tecnologías de la Información y las Comunicaciones – TIC, Asistencia Técnica y Extensión Rural - ATER y redes de cooperación. También se advirtió que tales fallas de comunicación son el resultado de variables como las dificultades económicas y técnicas en el uso de las TIC, la escasez de recursos humanos en las agencias ATER y la heterogeneidad de la agricultura familiar, que no siempre se considera. La mayoría de los artículos analizados tienen como área de investigación las regiones sur y sureste, hecho que no demuestra la diversidad de la agricultura familiar, por lo que se propone realizar más investigaciones en las regiones norte y noroeste del país.

**Palabras clave:** Comunicación. Entidades gubernamentales. Agricultura familiar.

## **1. Introdução**

Este artigo investiga o processo de comunicação entre agricultores familiares e entes governamentais, especificamente no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas. Sendo considerado importante setor para o desenvolvimento socioeconômico do país, a agricultura familiar tem sido contemplada com diversos serviços e políticas públicas que visam o seu fortalecimento (ANDRADE et al., 2019).

As políticas públicas desenvolvidas pelo governo podem ser agrupadas em duas categorias: as que são destinadas a ampliar a demanda por produtos da agricultura familiar em mercados institucionais e as que visam à segurança financeira e produtiva desses agricultores (VALADARES et al., 2020). Em 2020, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que aponta a segurança financeira dos agricultores, envolveu por meio de ações da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), 14.574 agricultores familiares no estado de Sergipe, e mesmo representando parcela significativa do total de agricultores do estado esse número apresenta diminuição de mais de 50% se comparado ao ano anterior no qual 33 858 agricultores foram assistidos pela EMDAGRO para se habilitarem ou se manterem no programa (EMDAGRO, 2020).

Essa redução pode ser um sinalizador das problemáticas enfrentadas pelos agricultores para conseguirem acesso às políticas públicas (SARON; HESPANHOL, 2012). Dentre elas, a dificuldade de comunicação com os entes governamentais bem como o acesso a melhores informações sobre tais políticas (GUEDES; CARVALHO, 2017). Como fator complicador, a conjuntura da pandemia de COVID-19 agravou as dificuldades no desenvolvimento das ações de extensão rural e isso pode estar atrelado a um processo comunicativo deficiente. O contexto da pandemia vem, per si, tornando o trabalho e as condições dos produtores rurais ainda mais desafiadores (FUTEMMA et al.,

2021; MOURA; SOUZA, 2020).

Portanto, delineou-se como questão norteadora: como tem sido abordado na literatura o processo de comunicação entre agricultores familiares e entidades governamentais no desenvolvimento das políticas públicas de apoio ao setor? Para responder a problemática, esta pesquisa tem como objetivo mapear o processo de comunicação entre agricultores familiares e entidades governamentais no desenvolvimento das políticas públicas de apoio ao setor, mediante revisão sistemática integrativa.

Os resultados do estudo podem representar um aporte para novos olhares sobre esse setor essencial da economia. A literatura tem discutido que os principais dilemas enfrentados no desenvolvimento e aplicação das políticas públicas estão relacionados à falta de diálogo entre os produtores e entes governamentais (GONZÁLEZ, 2020), à burocratização para acesso aos programas e recursos do governo (ANDRADE et al., 2019), e à divulgação reduzida ou inexistente dos programas (GUEDES; CARVALHO, 2017). A comunicação entre os protagonistas sociais mencionados, tem se mostrado um gargalo que precisa ser melhor investigado.

Não se tem clareza sobre quais vias de comunicação e relacionamento entre governo e agricultores familiares se mostram as mais ou menos efetivas e quais as variáveis que influenciam essa efetividade subsidiando caminhos para mitigar os problemas enfrentados pelos agricultores familiares de uma maneira mais sistematizada. Estabeleceu-se, então, como principal pressuposto deste trabalho que os agricultores familiares encontram dificuldades de ingresso nos auxílios e programas do governo devido ao baixo acesso às informações e as falhas no processo de comunicação em razão do uso reduzido de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e gargalos no relacionamento com as entidades de Assistência Técnica e

Extensão Rural (ATER).

Conceitualmente, o artigo se fundamenta na Lei n. 11.326/2006 (BRASIL, 2006), que caracteriza a agricultura familiar como o ramo de cultivo da terra, cujo terreno não exceda quatro lotes fiscais e seja administrado por núcleo familiar, empregando como mão de obra majoritária os membros da própria família. Como conceito central acerca das políticas públicas para atender a esse público, delineamos a visão de Dias e Matos (2012), que sustentam que essas são ações empreendidas pelo governo com o propósito de garantir melhora na qualidade de vida do público atendido. O estudo adota uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como pesquisa descritiva desenvolvida através de revisão integrativa da literatura.

Além da introdução e das considerações finais, este artigo está estruturado em outras três seções. Na segunda seção encontra-se um referencial teórico acerca dos principais conceitos trabalhados no artigo, abordando-se o tema da agricultura familiar no contexto rural brasileiro e as principais vias de comunicação e relacionamento entre os entes governamentais e os agricultores familiares. A metodologia será abordada na seção seguinte e, posteriormente, é realizada a análise dos dados obtidos.

## **2. Revisão teórica**

### ***2.1 A agricultura familiar no contexto rural brasileiro***

Para entender o atual contexto da agricultura familiar neste período de pandemia, faz-se necessário remeter a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que se constitui como um marco legal para a agricultura familiar brasileira, permitindo sua inserção em censos oficiais e possibilidade de acesso às políticas públicas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019).

Para ser considerada agricultura familiar e obter acesso a essas políticas, o agricultor deve se enquadrar no que a referida

Lei institui em seu artigo 3.º: a) não deve deter área superior a quatro lotes fiscais; b) deve utilizar predominantemente mão de obra de sua própria família nas suas áreas de atividade econômica; c) tenha percentual mínimo da renda da família ocorrido das atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; d) a direção de seu estabelecimento é feito com sua família (BRASIL, 2006).

O Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) destaca que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, do total de estabelecimentos agrícolas do país, 77% eram classificados como agricultura familiar, empregando mais de 10 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2017. Ainda mais, a agricultura familiar tem importante participação na produção dos alimentos da mesa do brasileiro, por exemplo, 48% do valor total produzido de café e banana provêm desse setor (BRASIL, 2020).

Apesar da sua grande importância, os agricultores familiares estão entre os mais vulneráveis economicamente. Uma característica que contribui para isso é a diversidade da agricultura familiar brasileira. Guimarães e Silva (2017) destaca que a diversidade de aspectos econômicos, étnicos e sociais da agricultura familiar são elementos que deixam ainda mais complexos os processos de operacionalização dos programas das políticas públicas.

O setor da agricultura familiar tem significativas características que o torna diferente dos outros setores de agricultura. A agricultura familiar assume um perfil distributivo e desenvolve trabalho e gestão de maneira relacionada, as decisões normalmente assumem caráter imediatista e são realizadas in loco, além disso, dá ênfase na qualidade de vida e durabilidade dos recursos naturais (BREITENBACH, 2018). Resta evidente, então, que promover ações que atendam às necessidades desse público-alvo não é um processo simples. Faz-se necessário conhecer a realidade local dos agricultores e para isso ocorrer um

bom processo de comunicação deve ser estabelecido.

## ***2.2 A comunicação entre o poder público e os agricultores familiares***

É fato que a resolução de políticas públicas de apoio à agricultura familiar é essencial para manutenção e sobrevivência desse setor agrário. Quando bem desenvolvidas, as políticas públicas tendem a fortalecer e desenvolver o setor, por conseguinte aumentam a disponibilidade de empregos e geração de renda e economia no país (NASCIMENTO et al., 2018).

Entretanto, devido à heterogeneidade dos agricultores familiares no país, nem sempre os resultados dessas políticas são os esperados. Para obterem êxito é necessário também considerar as características locais de cada município em que elas serão trabalhadas (ANDRADE et al., 2019). Nesse contexto evidencia-se o papel da comunicação e relacionamento entre o governo e os agricultores familiares. Não basta a criação de políticas públicas, é necessário que os agricultores tenham conhecimento e acesso consciente a esses programas (AFFONSO; PERRONI, 2016).

A pesquisa de Lima, Medeiros e Silva (2019) a respeito do acesso ao PRONAF identificou que a falta de clareza, conhecimento e empoderamento sobre as normas do programa, as fases de seu processo de construção e concessão de crédito fazem com que o programa não atinja êxito. Os autores também citam que muitas das vezes quando o governo edita uma norma sobre programas como o PRONAF não se preocupa em fornecer estruturas paralelas que capacitem o público-alvo.

Esse público, o agricultor familiar, encontra-se em desvantagem em relação aos demais atores do setor agrário, pois normalmente são os que apresentam maior dificuldade de acesso às TIC. Essa necessidade de informação tem levado os agricultores familiares a buscarem constantemente novos meios de comunicação e fontes de informação sobre as políticas

públicas (AFFONSO; PERRONI, 2016). Atualmente a comunicação entre os entes governamentais e os agricultores familiares ocorre de três maneiras: a) meios de comunicação midiáticos (LORA et al., 2019); b) atividades de ATER (FROELICH, 2019); e c) redes de cooperação (SILVA; COTO, 2015).

A pesquisa realizada por Lora et al. (2019) apontou como principais meios de comunicação e acesso às informações dos programas do governo os tradicionais como o rádio, televisão e conversas na comunidade e os mais atualizados tecnologicamente como sites de informação e redes sociais, com destaque para o *Facebook* e o *Whatsapp*. Entretanto, como apontado por Froelich (2019) esse diálogo entre agricultores e governo pode ser verdadeiramente facilitado pelos meios de comunicação bilaterais, ou seja, quando se há proximidade entre agricultores e entes governamentais, quando a voz e necessidades dos agricultores são levadas em consideração.

Portanto, para além dos meios de informação midiáticos, o governo busca se relacionar com os agricultores através de projetos e atividades de extensão que permitem melhor troca de ideias e informações entre os entes públicos e os agricultores (GUIMARÃES E SILVA, 2017). Dentre essas atividades e projetos, alguns que ganham destaque são oficinas de integração, palestras, acompanhamento pessoal aos agricultores para monitorar e auxiliar no processo de registro e continuidade nos programas governamentais (BARCELOS et al., 2014). Aponta-se como exemplo a atuação da EMDAGRO com o desenvolvimento de diversos projetos de extensão que visam integrar os agricultores locais às políticas destinadas a seu setor de produção.

Outro meio de comunicação a ser considerado é o papel das redes de cooperação. As redes de cooperação baseiam-se nos princípios de cooperação e confiança e aumentam a conexão entre os agentes públicos, os agricultores e os demais atores da rede

*Tem alguém aí? A comunicação entre entes governamentais...* 121  
(SILVA; COTO, 2015). Além disso, fundamentam-se no pensamento de que o Estado não é o único a produzir as políticas públicas, elas são produzidas a partir de um conjunto de atores, públicos e privados, que interagem entre si (ODERICH; GRISA; BARTH, 2019 *apud* HASSENTEUFEL, 2008).

Retomando as questões da importância das políticas públicas para a agricultura familiar bem como a necessidade de conhecer as particularidades do setor, percebe-se o quão fundamental é estabelecer um processo contínuo de comunicação e relacionamento entre o governo e os agricultores familiares para a melhor implementação das políticas públicas e conseqüentemente o desenvolvimento social e econômico desse setor.

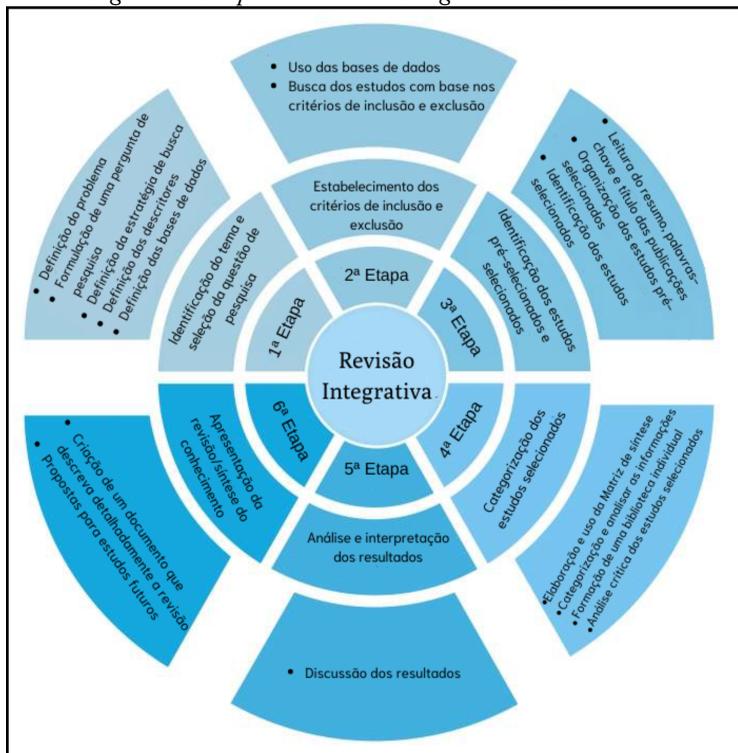
### **3. Metodologia**

Este artigo realiza uma revisão integrativa da literatura de natureza descritiva e abordagem qualitativa, que possibilita por meio de síntese e análise sistemática dos resultados de pesquisas realizadas anteriormente, avaliação da evolução conceitual do tema proposto ao longo do tempo. Além disso, possibilita uma visão crítica sobre o tema e a identificação de lacunas, como também contribui com a geração de novos conhecimentos, baseados nos resultados alcançados por tais pesquisas (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Botelho, Cunha e Macedo (2011) propõem que a revisão integrativa da literatura seja realizada em seis etapas (Figura 1):

1. Identificar o tema e seleção da questão de pesquisa;
2. Estabelecer os critérios de inclusão e exclusão;
3. Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados;
4. Categorização dos estudos selecionados;
5. Análise e interpretação dos resultados; e
6. Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Figura 1 – Etapas da Revisão Integrativa da Literatura



Fonte: Botelho; Cunha; Macedo (2011, p.129).

Através da revisão integrativa da literatura buscou-se mapear o processo de comunicação entre agricultores familiares e entidades governamentais no desenvolvimento das políticas públicas de apoio ao setor, a revisão foi realizada no mês de julho de 2021 na base de dados do Periódico CAPES e os descritores definidos para pesquisa foram “Agricultura familiar”, “comunicação” e “ATER”.

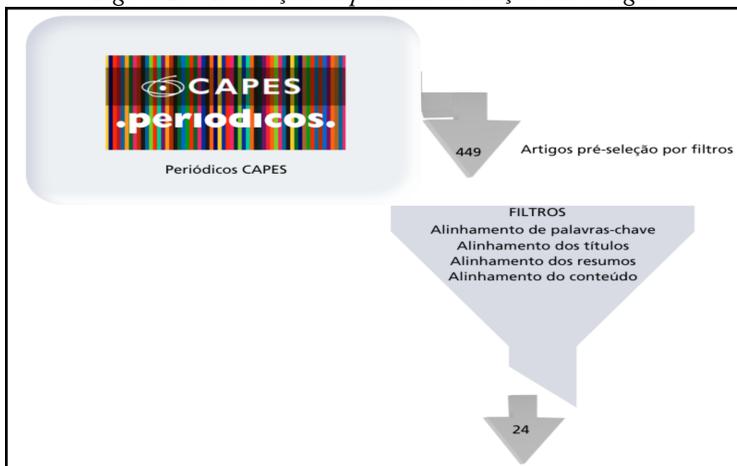
Na primeira busca realizada combinando os termos [“Agricultura familiar” AND “comunicação”] encontraram-se 375 artigos e com os termos [“Agricultura familiar” AND “ATER”] foram encontrados outros 74 resultando em 449 artigos.

Para melhor selecioná-los, os critérios de inclusão foram “periódicos revisados por pares” e periódicos publicados no período de 2011 a 2021 e como critérios de exclusão foram definidos periódicos em duplicidade, indisponíveis para *download* e aqueles que após avaliação de título e resumo não estavam interligados ao objeto de pesquisa.

Considerando os filtros e critérios mencionados acima, utilizado os termos de busca [“Agricultura familiar” AND “comunicação”] foram selecionados 25 artigos e com os termos de busca [“Agricultura familiar” AND “ATER”] outros nove artigos, totalizando 34 artigos pré-selecionados para revisão.

Para seleção final dos artigos foram lidos novamente os títulos, resumos e palavras-chave e adicionalmente nesta etapa as introduções das publicações para avaliar a pertinência ou não em relação à questão e objetivo da pesquisa. Após essa avaliação, um total de 24 artigos foram selecionados para o *corpus* (Figura 2).

*Figura 2 – Ilustração do processo de seleção dos artigos*



Fonte: Autores.

Os dados dos artigos foram coletados utilizando instrumento criado pelos autores. Nesse instrumento se coletou os seguintes

dados: autores, ano, periódico de fonte, região dos autores, país, instituição de vínculo do autor, palavras-chave, autores do tema, foco, abordagem, natureza, métodos, técnicas de coleta de dados, procedimentos de análise, período de aplicação da pesquisa, local de aplicação da pesquisa, resultado, principais meios de comunicação, variáveis que dificultam a comunicação, variáveis que facilitam a comunicação, limitações e pesquisas futuras.

Para melhor análise e alcance do objetivo da pesquisa optou-se por classificar os 24 artigos selecionados em três categorias criadas a partir de indicações encontradas na literatura sobre meios de comunicação entre os entes governamentais e os agricultores familiares. Após a categorização dos artigos, analisaram-se quais as variáveis que dificultam e facilitam o processo de comunicação de cada uma das categorias.

#### **4. Resultados e discussões**

A partir da análise dos artigos selecionados, observou-se que o periódico que publicou o maior número de artigos (cinco) sobre comunicação e agricultura familiar foi a RECoDAF—Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar, acredita-se que esse fato se explica pelo periódico tratar especificamente das temáticas que remetem às TIC e as potencialidades delas para a agricultura.

Quanto aos anos de publicação, no período delimitado como filtro para este artigo “2011 a 2021”, apenas dois anos 2011 e 2020 não apresentam publicações com o tema da pesquisa. Essa tendência de pesquisas que abordam a comunicação serem conduzidas em praticamente todos os anos do período definido é um demonstrativo da importância e necessidade de se estar constantemente atualizando o conhecimento a respeito do processo de comunicação no campo (CARVALHO; LAGO, 2019).

A respeito das regiões dos autores e instituições vinculadas,

a maioria dos artigos parte das regiões Sudeste (dez) e Sul (nove) do Brasil com a Universidade de Santa Cruz do Sul (quatro) e a Universidade Estadual Paulista (quatro) como as instituições mais representadas. Analisou-se que majoritariamente as pesquisas são desenvolvidas por iniciativa de universidades brasileiras (22) e estrangeiras (dois), com apenas uma tendo a participação de um ente governamental como coautor.

Sobre os aspectos metodológicos adotados pelos artigos não foi possível identificá-los de forma explícita em todos. Dos 24 artigos analisados, 15 não indicam a abordagem metodológica, 18 não informam a natureza, 19 não apontam os métodos adotados, 11 não indicam a técnica de coleta de dados utilizada e em 21 não constam os seus procedimentos de análise. Não ter acesso a essas informações com maior precisão dificulta a análise sobre as tendências metodológicas dos estudos sobre a comunicação. Porém, dos dados obtidos percebe-se que a opção da abordagem tende a ser qualitativa (oito), o que segundo MacDonald (2014) permite recolher informações detalhadas e específicas de eventos e processos, no caso o processo de comunicação.

Na análise dos dados constatou-se que todas as regiões do Brasil foram objeto de pesquisa, entretanto, assim como nas de origem do autor, há a tendência para estudos realizados principalmente no Sul e Sudeste. Entretanto, deve-se fazer aqui, um contraponto com o que se encontra no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), a maior parte da agricultura familiar brasileira está concentrada na região Nordeste pouco explorada nos estudos revisados (apenas um artigo especifica como objeto central esta região).

Nos artigos selecionados, observou-se que o processo de comunicação pode ser definido em três categorias, que apesar de possuírem características únicas apresentam também variáveis que convergem. Nesse contexto, optou-se por classificar os artigos analisados em categorias de acordo com o principal meio

de comunicação que abordam: Tecnologia da Informação – TIC, Assistência Técnica Rural – ATER, e Redes de Cooperação.

#### 4.1 Tecnologia da Informação e Comunicação

No contexto geral das TIC, estas representam, de maneira principal mas não única, o aspecto da veiculação, ou seja, o contato estabelecido entre os agricultores e os entes governamentais torna-se mais midiático (GUIMARÃES E SILVA, 2017). Considera-se como TIC: a televisão, o telefone celular, o telefone fixo, o computador de mesa ou notebook, o tablet, livros, revistas, rádio, jornal, os aplicativos móveis ou programas específicos para o desenvolvimento do setor agrícola e o acesso à internet (CARVALHO; LAGO, 2019; RITT et al., 2017, 2018).

Nessa categoria de comunicação enquadram-se oito dos 24 artigos analisados. A figura 3 relaciona os tipos de TIC presentes nos artigos, dentre os mais mencionados estão: celular/telefone móvel (7), computador (7), internet (6) e televisão (4).

Figura 3 – Tipos de TIC mencionadas



Fonte: Autores.

Um importante aspecto para analisar o processo de comunicação entre os agricultores familiares e os entes governamentais é identificar quais as variáveis que dificultam e facilitam esse processo (MATOS, 2012). Nesse sentido, são apresentadas no Quadro 1 as variáveis que dificultam a comunicação através das TIC e a relação dos artigos que mencionam tais variáveis.

*Quadro 1 – Barreiras na comunicação das TIC*

Variáveis	Artigos
Questões técnicas	1. Comunicação Rural: Legitimando a Inclusão Digital no campo; 2. A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura; 3. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs
Questões econômicas	1. Agricultura familiar e tecnologias de informação e comunicação (tics): Projeto piloto vale do caí; 2. A apropriação de inovações na agricultura familiar : uma revisão sistemática da literatura; 3. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs
Estilo de vida e rotina de trabalho	1. Agricultura familiar e tecnologias de informação e comunicação (tics): Projeto piloto vale do caí; 2. Comunicação Rural: Legitimando a Inclusão Digital no campo; 3. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção
Falta de interesse, insegurança e desconfiança	1. O uso de TIC pela agricultura familiar no território do citrus: Vale do Caí – RS; 2. A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura

Fonte: Autores.

Os artigos apresentados no Quadro 1 indicam que as questões técnicas são aquelas relacionadas à falta de habilidade para utilizar as TIC e/ou falta de infraestrutura e sinal de rede e internet indisponíveis (BERNARDES; BONFIM, 2016;

CARVALHO; LAGO, 2019; GUIMARÃES E SILVA, 2017). Já as questões econômicas podem ser entendidas como o custo elevado que boa parte das TIC podem assumir e devido à baixa renda da maioria dos agricultores familiares, nem todos conseguem ter acesso a elas (BARCELOS et al., 2014; CARVALHO; LAGO, 2019; GUIMARÃES E SILVA, 2017).

Quando se trata do estilo de vida e rotina de trabalho dos agricultores os artigos apontam ser importante notar que nem sempre a rotina diária do agricultor permite o acesso contínuo e em tempo hábil a esses meios de comunicação (BARCELOS et al., 2014; BERNARDES; BONFIM, 2016; FONSECA DA SILVA, 2018). Apontam também que a falta de interesse, a insegurança e desconfiança e até mesmo a indisposição para experimentar novas tecnologias ocorrem por desconhecerem esses meios de comunicação e seus benefícios para as produções agrícolas (AREND et al., 2016; CARVALHO; LAGO, 2019).

No Quadro 2, são apresentadas as variáveis que facilitam a comunicação e que de certa maneira fazem contraponto com as variáveis discutidas anteriormente.

*Quadro 2 – Facilitadores na comunicação das TIC*

Variáveis	Artigos
Iniciativas públicas de inclusão digital e extensão	1. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs; 2. Comunicação rural: legitimando a inclusão digital no campo
Maior acessibilidade econômica a certas TIC	1. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs
Levar em consideração as características dos agricultores familiares e as necessidades de ensino-aprendizagem	1. Agricultura familiar e tecnologias de informação e comunicação (TICs): projeto-piloto Vale do Caí 2. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção

Fonte: Autores.

Quanto às variáveis que facilitam a comunicação mediante uso de TIC (Quadro 2) a revisão dos artigos apontou que existem iniciativas públicas que visam popularizar o acesso à internet no campo e que o país possui arcabouço de pesquisa, extensão e ensino que busca contribuir com o desenvolvimento dos agricultores (GUIMARÃES E SILVA, 2017; BERNARDES; BONFIM, 2016).

A análise dos artigos indicou haver uma tendência para o crescimento do uso de telefones celulares, uma variável que têm se fortalecido com o tempo. Guimarães e Silva (2017) indicou em sua pesquisa que a praticidade do aparelho e o baixo custo em comparação com outras TIC possibilitam maior acesso aos entes governamentais por meio de ligações e mensagens.

Outra importante variável que facilita o processo de comunicação é a dos entes governamentais conhecerem a realidade dos agricultores familiares. Dois artigos indicaram que apenas o acesso às TIC não é suficiente, aspectos como a melhoria educacional, levar em consideração os saberes e necessidades locais e o ensino de como se apropriar dessas tecnologias para melhor usufruir delas é o que torna os agricultores agentes ativos do processo de comunicação (BARCELOS et al., 2014; FONSECA DA SILVA, 2018).

#### ***4.2 Assistência Técnica e Extensão Rural***

A ATER surge da necessidade de melhor entender as particularidades da agricultura familiar e atender aos anseios do setor. Inicialmente, tinha um caráter mais difusionista e havia pouca comunicação entre os agricultores e os agentes extensionistas (LANDINI, 2015). Atualmente já assumiu um caráter dialógico e procura entender os pormenores dos agricultores que atende e serve como ponte entre os agricultores e as políticas públicas para o setor, por intermédio de agências e técnicos extensionistas (VIEIRA; BERNARDO; LOURENZANI,

2015).

Entretanto, ainda existem algumas variáveis que dificultam a efetividade desse meio. Nessa categoria de comunicação foram alocados nove artigos dos 24 analisados e o Quadro 3 relaciona as variáveis que dificultam a comunicação via ATER e os artigos que as mencionam.

*Quadro 3 – Barreiras na comunicação através da ATER*

Variáveis	Artigos
Quantidade de recursos humanos nas agências é insuficiente.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional;</li> <li>2. A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar;</li> <li>3. O papel do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) públicos no estado do Amazonas;</li> <li>4. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural</li> </ol>
Falta de associação, o individualismo e desconfiança dos agricultores.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural;</li> <li>2. Problemas de la extensión rural en américa latina</li> </ol>
Projetos e políticas insuficientes	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural;</li> <li>2. A apropriação das tecnologias de informação e comunicação pela agricultura familiar: em foco a política nacional de assistência técnica e extensão rural</li> </ol>
Resistência por parte dos agricultores para adotarem tecnologias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural;</li> <li>2. Problemas de la extensión rural en américa latina</li> </ol>

Variáveis	Artigos
Falta de adequação das propostas dos técnicos à realidade dos produtores	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Problemas de la extensión rural en américa latina;</li> <li>2. A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar</li> </ol>
Nível baixo de escolarização e/ou instrução dos agricultores.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural;</li> <li>2. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil</li> </ol>

Fonte: Autores.

A respeito das variáveis apresentadas no Quadro 3, os artigos revisados verificam que as indisponibilidades de recursos humanos para atender ao maior número possível de agricultores e as dificuldades de logística em diversas regiões do país se constituem como uns dos principais problemas enfrentados pelas agências de ATER ao tentar estabelecer laços com os agricultores familiares (DINIZ; NEVES NETO; HESPANHOL, 2016; FARIA; DUENHAS, 2019; GOMES; OLIVEIRA; PEREIRA, 2015; LANDINI, 2015).

Além disso, muitos dos técnicos extensionistas ainda adotam uma posição difusionista e não adéquam suas propostas à realidade dos agricultores que acompanham (FARIA; DUENHAS, 2019; LANDINI, 2016). Essas dificuldades associadas à falta de confiança, o individualismo e a escassez de associação de agricultores (LANDINI, 2016, 2015) agravam a questão dos entraves de comunicação, pois nos locais onde esses se associam e trocam informações, a comunicação e o desenvolvimento local se tornam mais fluidos e facilitados e cada vez mais eles conseguem ter acesso aos programas das políticas públicas.

Analisaram-se, então, quais seriam as variáveis que mais

contribuem para a comunicação por meio da ATER. A Figura 4 ilustra as três variáveis identificadas: a) a presença de coordenações voltadas para ampliar a ATER no Brasil e fortalecer vínculos com e entre os agricultores; b) ações voltadas para capacitação dos agricultores; e c) levar em conta as necessidades dos agricultores e valorar uma participação ativa.

Figura 4 – Facilitadores na comunicação através da ATER



Fonte: Autores.

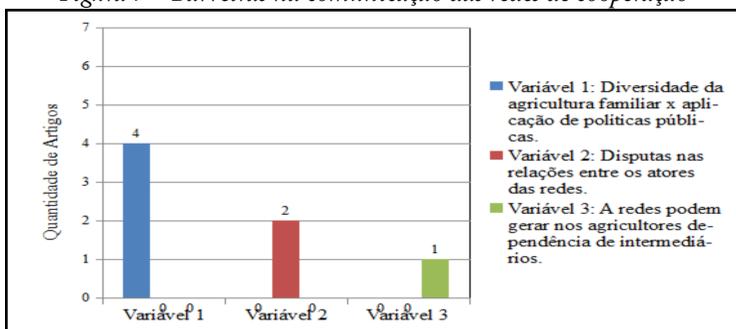
Em relação a essas variáveis, os artigos indicam que levar em consideração as características locais dos agricultores acompanhados pelas agências de ATER e valorar uma metodologia de participação ativa no compartilhamento de saberes e construção de novos conhecimentos é essencial para a boa comunicação entre os entes governamentais e os agricultores familiares (LANDINI, 2015; VIEIRA; BERNARDO; LOURENZANI, 2015). Porém, com a vasta gama de agricultores familiares nas diferentes regiões se torna difícil acompanhar as necessidades individualmente. Fortalece-se, então, a necessidade de redes de cooperação entre os agricultores, líderes de cooperativas e entes governamentais.

### 4.3 Redes de cooperação

As redes de cooperação identificadas a partir da revisão dos artigos foram: os colegiados (DE FREITAS; DE FREITAS; DIAS, 2012), os mecanismos de governança interinstitucional (ZANI; COSTA, 2014), as redes públicas de cooperação (FERNANDEZ; FILHO, 2019; SILVA; COTO, 2015), as redes de políticas públicas ou ações públicas (DE FREITAS, 2018; ODERICH; GRISA; BARTH, 2019) e os movimentos de mediação entre os agricultores e as políticas públicas e entes governamentais (PEREIRA et al., 2016). Portanto, dos 24 artigos analisados 07 se enquadram no tema da comunicação por meio de redes de cooperação.

Na Figura 5 e no Quadro 4, são apresentadas, respectivamente, as variáveis que facilitam e dificultam o processo de comunicação a partir das redes de cooperação.

Figura 5 – Barreiras na comunicação das redes de cooperação



Fonte: Autores.

Como demonstrado na Figura 5, dois artigos mencionaram que o fluxo de comunicação através das redes de cooperação por vezes pode ser interrompido pelas disputas nas relações entre os integrantes da rede, os artigos salientam que essas disputas podem ocorrer devido às diferenças de capital tanto social quanto político entre os integrantes (DE FREITAS; DE FREITAS; DIAS,

2012) o que gera assimetria de participação (SILVA; COTO, 2015).

*Quadro 4 – Facilitadores na comunicação das redes de cooperação*

Variáveis	Artigos
O espaço das redes possibilita construção de diálogos e cooperação entre diferentes atores sociais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: O caso do Território serra do Brigadeiro, Minas Gerais</li> <li>2. Redes Públicas de Cooperação e o Desenvolvimento Local: a experiência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajaí</li> <li>3. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise</li> <li>4. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais</li> </ol>
Aproximação dos entes governamentais com os agricultores e suas necessidades.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais</li> <li>2. Mediação Da Informação Em Comunidades Quilombolas</li> <li>3. Redes Públicas de Cooperação e o Desenvolvimento Local: a experiência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajaí</li> </ol>

Fonte: Autores.

Além disso, o artigo de Zani e Costa (2014) indica que a mediação realizada pelas redes de cooperação podem gerar nos agricultores dependência na busca por informações e no desenvolver de suas ações. Fato que associado à heterogeneidade da agricultura familiar (DE FREITAS, 2018; FERNANDEZ; FILHO, 2019; ODERICH; GRISA; BARTH, 2019) pode causar estagnação no desenvolvimento da mesma, já que nem sempre todas as demandas conseguem ser atendidas.

Em contrapartida, conforme as variáveis relacionadas no Quadro 4, os artigos revisados assinalam que apesar dessas dificuldades as redes de cooperação se configuram como um ótimo espaço para a cooperação entre seus integrantes e

possibilitam a construção de diálogos que estimulam a constante atualização dos programas do governo e que em circunstâncias cotidianas não aconteceriam (DE FREITAS; DE FREITAS; DIAS, 2012).

Os trabalhos também ressaltam que a aproximação dos entes governamentais com os agricultores utilizando-se de redes de cooperação tende a configurar estratégia que promove a leitura da realidade e das problemáticas locais por parte do governo, direcionando os diversos atores sociais a melhores caminhos de desenvolvimento (FERNANDEZ; FILHO, 2019; PEREIRA et al., 2016; SILVA; COTO, 2015).

## **5. Considerações finais**

Este artigo buscou através de revisão integrativa da literatura analisar o processo de comunicação entre os agricultores familiares e entes governamentais no desenvolvimento das políticas públicas de apoio ao setor. Identificou-se que nesse processo de comunicação três meios são os mais acessados pelos agricultores: as TIC, a ATER e as redes de cooperação.

Inicialmente estabeleceu-se como principal pressuposto dessa pesquisa que os agricultores familiares encontram dificuldades de ingresso nos auxílios e programas do governo devido ao baixo acesso às informações e as falhas no processo de comunicação em razão do uso reduzido de TIC e gargalos no relacionamento com as entidades de ATER.

No decorrer da revisão dos artigos encontrou-se a confirmação desse pressuposto visto que se identificaram diversos fatores que dificultam de fato a clareza do fluxo de comunicação e acesso às políticas públicas. Alguns desses fatores encontrados na literatura foram: a resistência por parte dos agricultores em adotarem novas tecnologias, seja por questões técnicas ou econômicas; a insuficiência de recursos humanos e estruturas de ATER para atingir o maior número possível de

agricultores; e a diversidade de características e necessidades da agricultura familiar.

Contudo, se faz oportuno ressaltar que apesar das dificuldades, os artigos revisados demonstram haver sim uma preocupação dos diversos atores sociais, ligados à agricultura familiar, em manter um bom fluxo de comunicação entre eles fortalecendo, a pequenos passos, o acesso dos agricultores aos programas do governo.

A questão da diversidade encontrada na agricultura familiar é um aspecto transversal a todos os meios de comunicação. Para conseguir um fluxo de informação que melhor se adéque aos agricultores, as particularidades de cada região devem ser consideradas. Nesse sentido, ressalta-se que um meio de comunicação não deve excluir ou existir sem o outro, pelo contrário, os dados coletados apontam que eles devem coexistir, devem se complementar de maneira que a voz, as necessidades, os anseios, de tão importante setor que é a agricultura familiar sejam escutados.

Como limitação da pesquisa é possível citar que, do total de artigos analisados nesta revisão sistemática, estudos empíricos envolvendo entes governamentais ainda são incipientes, bem como, poucos foram os que tinham como objeto de pesquisa as regiões norte e nordeste, acredita-se que o envolvimento desses pode levar a melhor leitura da realidade. Outro ponto de interesse é que no contexto que se vive atualmente em razão da COVID-19, se pressupõe que os meios de comunicação passaram por transformações significativas, adotando-se principalmente a utilização de meios remotos o que pode se tornar um problema nas comunidades rurais com sinal de internet inexistente ou insuficiente (FUTEMMA et al., 2021).

Sendo assim, se propõe que novas pesquisas incluindo esses e outros aspectos relacionados, sejam realizadas para compreender ainda mais o processo de comunicação entre o

governo e os agricultores familiares. Alguns exemplos de pesquisa podem ser: a) um censo sobre a inclusão digital dos agricultores familiares; b) como melhor envolver as prefeituras nos programas governamentais. Afinal, são elas quem lidam diretamente com os agricultores; c) como inserir a iniciativa privada na comunicação (redes de supermercados, operadores logísticos, entre outros).

Finalmente, o Brasil espera muito de seus agricultores familiares, afinal eles fornecem grande parte dos alimentos. Parafraçando Milton Nascimento, o “afagar a terra, conhecer os desejos da terra” da inesquecível canção do artista mineiro deve pressupor, antes de tudo, conhecer os desejos daqueles que afagam a terra. Compreender as necessidades desses profissionais e destemidos brasileiros que mantêm o país de pé, e se comunicar de maneira adequada com eles, deve ser parte do esforço de tantos quantos anelam pelo desenvolvimento e pela segurança alimentar de nosso país.

## **Referências**

AFFONSO, E. P.; PERRONI, V. Tecnologias Da Informação E Comunicação Na Agricultura Familiar: Um olhar na produção científica de Ricardo César Gonçalves Sant’Ana. **RECoDAF – Revista Eletônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**, Tupã, n. 1, p. 20–40, 2016.

ANDRADE, Á. A. X. de; CARNEIRO, P. S. P. Z.; SOUZA, W. N. de; CUNHA, D. A. da; SOUZA, B. D. J.; RIBEIRO, A. E. M.; TEIXEIRA, R. D. B. L. Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo de caso no território rural São Mateus em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 46, p. 143–162, 2019.

AREND, S. C.; DEPONTI, C. M.; BERNARDETE, R.; KIST, B.; GEPEC, I. O uso de TIC pela agricultura familiar no território do citrus: Vale do Caí – RS. **Informe GEPEC**, v. 20, n. 2, p. 71–84, 2016.

BARCELOS, L.; SILVA, G. A.; RITT, D.; LUBACZWSKI, A.; DEPONTI, C. M. AGRICULTURA FAMILIAR E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs): PROJETO PILOTO VALE DO CAÍ. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 4, n. 1, p. 106–117, 2014.

BERNARDES, J. C.; BONFIM, E. B. Comunicação Rural: Legitimando a Inclusão Digital no campo. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 2, p. 1–12, 2016.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O Método Da Revisão Integrativa Nos Estudos Organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.

BRASIL, M. da A. A. e A. **Agricultura Familiar**. [s. l.], 2020.  
Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BREITENBACH, R. Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar. **Redes**, v. 23, n. 1, p. 53, 2018.

CARVALHO, E. da S.; LAGO, S. M. S. A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura. **RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**, Tupã, v. 5, n. 2, p. 82–119, 2019.

DE FREITAS, A. F.; DE FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: O caso do Território serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1201–1223, 2012.

DE FREITAS, G. B. O Estado e as políticas públicas que tornaram a agricultura familiar uma agente importante do desenvolvimento. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 366, 2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, R. F.; NEVES NETO, C. D. C.; HESPANHOL, A. N. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. **Geos UERJ**, v. 0, n. 29, p. 234–252, 2016.

EMDAGRO, E. de D. A. de S. **Projetos e Relatórios**. 2020. Disponível em: <https://www.emdagro.se.gov.br/projetos-e-relatorios/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FARIA, A. A. R. de; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **RECoDAF – Revista Eletônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**, Tupã, v. 5, n. 1, p. 137–167, 2019.

FERNANDEZ, A. C. F.; FILHO, A. C. B. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 39, n. 1, p. 141–154, 2019.

FROELICH, D. A. **Acesso à informação por agricultores assistidos pela EMATER/RS – Ascar e sua influência na tomada de decisões**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Fronteira do Sul, Cerro Largo, 2019.

FUTEMMA, C.; TOURNE, D. C. M.; ANDRADE, F. A. V.; SANTOS, N. M.; MACEDO, G. S. S. R.; PEREIRA, M. E. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2021.

GOMES, M. C.; OLIVEIRA, M. L. R. de; PEREIRA, G. da P. O papel do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) públicos no estado do Amazonas. **Em Extensão**, v. 14, n. 2, p. 35–52, 2015.

GONZÁLEZ, L. Entre la Región y la Nación – Políticas Públicas para la Agricultura Familiar en el MERCOSUR. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI**, v. 5, n. 3, p. 396–415, 2020.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. de. Dificuldades e gargalos de acesso ao PRONAF b em Garanhuns – Pe. **Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 200–222, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: tabela 6778.**, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>. Acesso em: 28 jul. 2021.

LANDINI, F. Problemas de la extensión rural en América Latina.

**Perfiles Latinoamericanos**, v. 24, n. 47, p. 47–68, 2016.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural.

**Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p. 371–377, 2015.

LIMA, L.; MEDEIROS, M. B. de; SILVA, M. J. R. da. Identificação das dificuldades de acesso ao pronaf pelos agricultores familiares do nordeste brasileiro. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 6–25, 2019.

LORA, M. I.; TONETTO GODOY, C. M.; ITAMAR GODOY, W.; MARINI, M. J. Tecnologias de Informação e Comunicação, o outro viés da sustentabilidade: um olhar para o rural do município de Saudade do Iguazu (PR). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 185, 2019.

MACDONALD, J. Systematic Approaches to a Successful Literature Review. **Journal of the Canadian Health Libraries Association**, v. 34, n. 1, p. 46, 2014.

MATOS, H. **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

MOURA, J. B. de; SOUZA, R. F. de. Impacts of SARS-COV-2 on Brazilian agribusiness. **Cambridge Open Engage**, 2020.

NASCIMENTO, J. E. B.; ALCANTARA, F. V. de; COSTA, J. E. da; MENDES, M. A. A IMPORTÂNCIA DA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 138–165, 2018.

ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V. J. Interações entre

Estado e sociedade civil na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 373–399, 2019.

OLIVEIRA, A. L. A. de; OLIVEIRA, L. P. A. de. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e as políticas públicas de preservação da natureza: reflexões sobre o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 25, 2019.

PEREIRA, C. C. M.; BARREIRA, M. I. de J. S.; SANTOS, J. O.; GUIMARÃES, F. X. Mediação Da Informação Em Comunidades Quilombolas. **Páginas A & B**, n. especial, p. 49–64, 2016.

RITT, D.; BARCELOS, L.; DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B.; AREND, S. C. O processo de intervenção em projetos de extensão e a apropriação de tecnologias de gestão pela agricultura familiar no Vale do Caí. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 8, n. 2, p. 61–70, 2018.

RITT, D.; BARCELOS, L.; KIST, R. B. B.; AREND, S. C.; DEPONTI, C. M. A apropriação de tecnologias de gestão pela agricultura familiar no Vale do Caí. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 7, n. 1, p. 118, 2017.

SARON, F. D. A.; HESPANHOL, A. N. O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 656–683, 2012.

FONSECA DA SILVA, A. R. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**, v. 1, n. 48, p. 115, 2018.

SILVA, S. S. da; COTO, G. C. Redes Públicas de Cooperação e o Desenvolvimento Local: a experiência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajaí. **Revista de Ciências da Administração**, p. 165–182, 2015.

GUIMARÃES E SILVA, M. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 2, p. 98–119, 2017.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P. **Nota Técnica n. 69 (Disoc): Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9996>. Acesso em: 16 maio. 2021.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H. C.; LOURENZANI, A. E. B. S. Política Pública De Ater Para O Desenvolvimento Rural Sustentável Na Agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 01, n. 01, p. 1–22, 2015.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. da. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889–912, 2014.